

Abordagens qualitativas na compreensão do uso de psicoativos¹ Edward MacRae

Atualmente persiste uma hegemonia do discurso médico sobre a questão das drogas apesar de se tornar cada vez mais reconhecida a necessidade de se abordar o tema a partir de suas múltiplas determinantes: farmacológicas, psicológicas e sócio-culturais. Em algumas ocasiões chega-se até a desqualificar as outras abordagens, criticando-as por uma suposta falta de rigor científico devido a sua utilização de metodologias qualitativas.

Repete-se aqui uma discussão que permeia o campo mais amplo dos estudos da saúde, onde predomina o enfoque que concebe a medicina como uma ciência universal, cujos preceitos seriam aplicáveis em todos os lugares e épocas, por se tratarem de verdades fundamentais e objetivas acerca das leis naturais. Assim, costuma-se dar pouca atenção aos aspectos sócio-culturais da saúde, seja omitindo-os por completo, seja dando-lhes uma importância meramente formal que não é correspondida na prática. A gênese cultural das doenças, as diversas maneiras de perceber-las, explica-las e trata-las por diferentes populações, raramente é levada em conta pelas disciplinas centrais da área de saúde. Quando se recorre a abordagens de cunho sociológico privilegia-se o positivismo e o funcionalismo sociológico. Estas abordagens podem ser criticadas por deixarem de retratar plenamente a relevância das tensões na produção social da doença e por desconhecer os conflitos existentes na sociedade. Isso as levaria ao silenciamento sobre os interesses que perpassam a medicina como uma produção social e sobre as determinações sociais da saúde/doença (Minayo 1999:47-49).

Outra maneira de encarar a questão dá mais ênfase à compreensão e à inteligibilidade considerando-as como propriedades específicas dos fenômenos sociais que se diferenciariam dos naturais por serem dotados de significado e intencionalidade. Assim procedem, por exemplo, a fenomenologia sociológica e a etnometodologia, cujos conceitos e métodos situam-se numa área fronteira entre a sociologia e a antropologia, sendo adotadas por praticantes de ambas as disciplinas, especialmente ao tratarem de temas relacionados à vida cotidiana. Enfatizam que as características do mundo social não podem ser separadas dos processos interpretativos pelos quais o mundo é constituído, realizado e explicado. Dessa forma adequam-se muito bem aos propósitos de pesquisadores que consideram que a droga não pode ser concebida dissociada de seus significados psíquicos e culturais.

Dos diferentes ramos desta abordagem o interacionismo simbólico tem sido especialmente utilizado nas pesquisas sobre o uso de psicoativos. Sua premissa básica é que o comportamento humano é autodirigido e voltado para o simbólico e o interacional. Segundo a concepção interacionista, a vida social seria baseada em um consenso estabelecido na inter-relação, o que permitiria que o sentido atribuído às ações fosse manipulado através de um processo interpretativo consensual ao grupo. Em termos metodológicos isso implica em que os símbolos e a interação devem ser os principais elementos a serem investigados. Além disso, já que são os atores sociais que criam os

¹ In; Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo, Tavares, L.A., Almeida, A.R. B. MacRae, E., Ferreira, O.S. et al (orgs.), Salvador, EDUFBA; CEETAD/UFBA, 2004 pp. 27-48

símbolos, significados e definições, torna-se necessário ao investigador abandonar as pretensões do objetivismo e substituir sua própria perspectiva pela dos grupos em estudo (Minayo 1999:54-55).

Desenvolvidas nos Estados Unidos a partir da década de 20, as teorias e investigações interacionistas simbólicas, muitas vezes chamadas de “teoria da rotulação”, têm se mostrado especialmente apropriadas para estudos de comportamentos desviantes, embasando pesquisas sobre diferentes comportamentos sexuais e o uso de drogas. Neste último campo um dos trabalhos seminais foi o realizado por Howard Becker, investigando como pessoas se tornavam usuárias de maconha e o desenvolvimento de suas “carreiras” enquanto maconhistas (Becker 1966:41-78).

Numerosos investigadores têm criticado os enfoques positivistas, apontando as limitações de uma metodologia exclusivamente quantitativa nas ciências sociais em geral e, decorrentemente, nas pesquisas que tratam de temas relacionados à saúde. Interessados, na compreensão dos aspectos simbólicos da vida em sociedade têm desenvolvido uma metodologia própria, em grande parte qualitativa. Confrontados com o questionamento do seu rigor científico, têm também procurado desenvolver maneiras de reduzir ou, ao menos, controlar, o subjetivismo considerado inerente aos métodos qualitativos.

Segundo o antropólogo catalão, Oriol Romani, a própria OMS produziu um informe de avaliação das diferentes metodologias utilizadas no estudo do uso de drogas em que se coloca a etnografia e métodos similares entre os mais eficientes quanto às relação custo/benefício, entendendo-se estes últimos como uma maior quantidade e qualidade de informação (Romani 1999:155). O informe elenca na seguinte ordem as metodologias sociais:

1. Recompilação e cotejo das informações já existentes,
2. Estudos baseados em informantes chaves
3. Estudos baseados em observações diretas (etnografia)
4. Surveys de populações gerais
5. Surveys de populações específicas,
6. Sistemas de notificação (Rootman et al 1985, apud Romani 1999)

Romani chama atenção também para os vários ângulos da questão que devem ser abordados pelas pesquisas etnográficas. Ao tratar dos usuários devem tratar dos significados atribuídos ao uso e à sua persistência, dos distintos usos e estilos de vida correlatos, das expectativas culturais sobre os efeitos das drogas e o que se consegue sendo dependente (i.e. a identidade do drogadito). Outros ângulos que não podem ser ignorados são o funcionamento do comércio ilegal das drogas e as instituições assistenciais, suas práticas e ideologias.

Entrevistas abertas

Um dos métodos qualitativos mais utilizados é o da entrevista aberta ou não-estruturada. Esta se contrapõe à entrevista estruturada que geralmente consiste em um questionário aplicado pelo pesquisador e considerado como sendo potencialmente susceptível de uma

análise quantitativa capaz de satisfazer todas as exigências de confiabilidade e validade do mais exigente positivismo. Nas ciências da saúde o questionário ou a entrevista estruturado tem sido peça fundamental da pesquisas epidemiológicas. Porém é pouco adequado para o levantamento de valores ou representações sociais e é criticado por impor sobre o campo de investigação uma estruturação dada exclusivamente pelo pesquisador, levando a um descompasso entre as significações que as questões têm para ele e para o informante.

A entrevista estruturada procura evitar a rigidez do questionário para melhor apreender o ponto de vista dos atores sociais. Norteia-se por um roteiro previamente elaborado pelo pesquisador que, inevitavelmente, reflete certas de suas hipóteses implícitas ou explícitas sobre o campo. Mas busca ampliar e aprofundar a comunicação, evitando cerceamentos à comunicação pelo sujeito de suas visões, juízos e relevâncias a respeito dos fatores e das relações que compõe o objeto. O roteiro é concebido como um guia e não como uma amarra, permitindo ao entrevistador introduzir novas perguntas *ad hoc* que possam contribuir para o esclarecimento ou aprofundamento das informações sendo colhidas. Igualmente, a ordem de abordagem dos diferentes temas não deve obedecer a uma seqüência rígida, deixando-se ditar pelas preocupações, ênfases e associações de pensamento dos próprios entrevistados.

As entrevistas são geralmente gravadas para transcrição e análise posteriores. Em alguns casos, porém, quando isso não é aceitável para o sujeito, o pesquisador tem que utilizar sua memória ou anotações esparsas para mais tarde realizar uma compilação escrita das informações obtidas.

O material produzido por esse tipo de entrevista tende a ser muito mais denso e profundo do que o questionário, permitindo a captação do universo afetivo-existencial do sujeito, que outros métodos mais impositivos são incapazes de elicitar. Assim, costuma-se deixar de lado a preocupação com a “objetividade” do entrevistador, no sentido do seu não-envolvimento, do uso cuidadoso de uma linguagem precisa, do controle rígido de atitudes corporais, fisionômicos, de gestos frases, e palavras. Nesse tipo de pesquisa o envolvimento do entrevistador com o entrevistado torna-se a condição de aprofundamento de uma relação intersubjetiva, essencial para o êxito de uma pesquisa, já que é justamente o nível afetivo-existencial aquele que mais determina os comportamentos.

Discussão em grupo

A discussão em grupo é uma técnica que leva mais adiante a flexibilidade proposta pela entrevista aberta, atribuindo um papel mais discreto ao pesquisador que passa a ser simplesmente o seu condutor ou facilitador. Consiste em reuniões de pequeno número de informantes (entre seis e doze é o costumeiro), escolhidos por serem membros de um determinado grupo. Apesar do inevitável artificialismo da situação, busca-se, através de uma reunião de pares, elicitar as opiniões, crenças, atitudes, percepções correntes nesse grupo e que influem normativamente na consciência e no comportamento dos indivíduos. O pesquisador/facilitador, que geralmente conta com um assistente, continua munido de um roteiro, mas desta vez menos detalhista. Muito de seu sucesso vai depender de sua habilidade em deixar os membros do grupo sentirem-se à vontade para entabular discussões em que certos aspectos mais reservados ou secretos de seus pensamentos tornem-se

explícitos através de afirmações, lapsos lingüísticos, mudanças de tom de voz ou de ritmo de fala, silenciamentos, gestualizações, atitudes corporais, etc.

A companhia de pares pode induzir uma maior descontração dos sujeitos se eles se sentirem em um ambiente que inspire confiança, levando-os a explicitarem certas posições que na situação, algo confessional, da entrevista individual, poderiam permanecer mais resguardadas. Por outro lado, a pressão grupal pode também exercer um efeito inibidor, daí a importância da atenção aos aspectos não-verbais da interação e a relevância dos silêncios, mudanças bruscas de assunto, etc. Essas discussões são normalmente gravadas e, em alguns casos até registradas em vídeo, para sua posterior análise mais cuidadosa. O assistente do condutor também tem a função de observar mais atentamente detalhes que possam escapar ao condutor/facilitador, cuja principal função deve ser a de manter acesa a discussão e encaminha-la, sutilmente, na direção desejada.

Análise das entrevistas abertas e discussões em grupo

Um dos grandes problemas que afligem pesquisadores empregando métodos qualitativos como as entrevistas abertas ou as discussões em grupo é sobre o tratamento a ser dado ao enorme volume de material uma vez colhido e transcrito. Pesquisadores atuando em áreas com forte influência da medicina, tais como as investigações sobre o uso de substâncias psicoativas, muitas vezes enfrentam grandes perplexidades nessa fase e às vezes, até chegam a desistir de seus projetos originais. Isso devido ao fato de, apesar de optarem por uma metodologia qualitativa, freqüentemente conceberem a pesquisa segundo os padrões vigentes na investigação quantitativa e objetivarem a comprovação ou refutação de determinadas hipóteses. Para tal, sentem a necessidade de amostras suficientemente grandes para prover seu material da significância estatística geralmente exigida nas ciências biológicas.

Dessa forma acabam por realizar uma quantidade de entrevistas muito maior que as normalmente realizadas por pesquisadores como os antropólogos que, geralmente, têm outras concepções menos ambiciosas, sobre as finalidades desses métodos. Mais interessados em descrever culturas, estes geralmente buscam recolher expressões dos modos de pensar e de sentir típicos dos seus sujeitos ou fazer um levantamento das diferentes concepções ou representações sociais correntes no campo sob estudo. O tratamento que antropólogos costumam dar a esse tipo de material nos seus relatórios finais é predominantemente ilustrativo, servindo para dar um vislumbre do que Malinowski chamou de “o espírito” da comunidade.

Nesse caso, não se trata de fazer uma “amostragem”, uma vez que são outros os propósitos da pesquisa. O tamanho da população a ser entrevistada é pouco determinado pelas necessidades da representatividade ou da significância estatísticas. O objetivo principal é mais o de colher um número suficientemente grande de membros de determinado grupo para fornecer um quadro adequado dos vários aspectos de sua cultura. Assim, uma das maneiras de determinar o número de entrevistas a serem realizadas é estipular que a atividade só deve cessar uma vez que se comecem a colher muitas informações repetidas, ou seja, não há muito interesse em contabilizar o número de indivíduos manifestando determinadas posições, mas só o de elenca-las.

Porém, mesmo quando o projeto inicial prevê a testagem de determinadas hipóteses segundo parâmetros de cientificidade informados pelo positivismo, existem hoje uma série de técnicas de análise de conteúdo do material que se adequam a esses tipos de proposta. Baseando-se na dedução ou inferência, essas técnicas vão desde o cálculo de frequências, que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos.

A análise de conteúdo adota várias técnicas, todas elas visando ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação, assim como desenvolver uma vigilância crítica frente à comunicação de diferentes tipos de documentos, entrevistas e observações. Articula a superfície dos textos descrita e analisada com os fatores que determinam suas características: variáveis posicionais, contexto cultural, contexto e processo de produção da mensagem. Diferentes técnicas se voltam para diferentes aspectos como: expressão, as relações, as avaliações, os temas e a enunciação. Estas duas últimas têm sido as mais utilizadas na análise de material relacionado à área de saúde. . Em geral, essas técnicas são caudatárias das metodologias quantitativas, seguindo a lógica da interpretação cifrada do material de caráter qualitativo. Na definição, dada por um dos seus principais teóricos, à análise de conteúdo transparece sua filiação às correntes positivistas:

“è uma técnica de pesquisa para descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo manifesto das comunicações e tendo por fim interpreta-los”(Berelson apud Minayo 1999:200)

Buscando fugir às fortes tendências positivistas da análise de conteúdo, outro método, a análise do discurso, articula o materialismo histórico, a lingüística a teoria do discurso, para realizar uma reflexão geral sobre as condições de produção e apreensão da significação de textos. Visa compreender o modo de funcionamento, os princípios de organização e as formas de produção social do sentido.(Minayo 1999:199-212).

Mas, apesar de todos esses refinamentos, a apreciação da análise desse tipo de material continua a depender de uma contextualização e apreciação das condições em que os dados foram colhidos, reintroduzindo assim um inevitável elemento humano e “subjetivo”. Além disso, esses processos continuam complexos e lentos. Mesmo com a elaboração de certos programas de análise por computador, ainda pouco utilizados no Brasil, a tarefa continua pouco ágil e o grau de sua objetividade nunca pode ser descolado do processo inicial da coleta dos dados. Esta, nas condições geralmente encontradas nos vários campos de pesquisa dificilmente preenchem os pré-requisitos de controle de variáveis possíveis nos laboratórios onde se desenvolveram os padrões positivistas de cientificidade. Ademais, a interpretação dos dados organizados pelo computador continua a depender do pesquisador, cujos biases subjetivos nunca podem ser plenamente descartados.

História de vida

Pesquisas recentes sobre usuários de drogas têm também feito grande uso de histórias de vida. Esta técnica recebeu muita atenção especialmente durante as décadas de 20 e 30 entre sociólogos da Universidade de Chicago, engajados em estudos de comunidade realizados naquela cidade. As histórias de vida eram vistas como mais uma peça no mosaico de informações levantadas por suas pesquisas que visavam construir uma teoria da cidade.

Continuam a ser muito usadas, sobretudo em estudos sobre desviantes sociais, incluindo usuários de drogas.

Uma história de vida valoriza a “história da própria pessoa”, enfatizando as interpretações que os indivíduos fazem de suas próprias experiências como explicação para o comportamento. Explicitam como lhes pareciam determinados comportamentos, as dificuldades que pensavam que teriam de confrontar, que alternativas vislumbravam. Isso facilita o entendimento dos impactos das estruturas de oportunidade, das subculturas delinquentes e das normas sociais, assim como outras variáveis percebidas pelo ator (Becker 1993:102-103).

Atentando para experiências individuais, histórias de vida podem ajudar na avaliação de teorias e hipóteses, indicar novos caminhos de investigação, assim como acessar dados que normalmente escapariam a metodologias mais generalizantes. Acima de tudo, ajudam a entender a dinâmica de processos sociais em curso. Rastreiam a maneira como o ator social reformula continuamente a sua conduta de modo a levar em conta a expectativa dos outros, como esta se exprime na situação imediata e como ele supõe que possa vir a se exprimir. Este processo torna-se mais visível nas histórias de vida quando descrevem os episódios interativos cruciais nos quais são forçadas novas fronteiras de atividade individual e coletiva; nos quais novos aspectos do eu são trazidos à existência (Becker 1993; 109-110).

A história de vida geralmente é levantada através de uma entrevista prolongada com o sujeito, mas o pesquisador deve se esforçar para que ela inclua tudo o que se quer conhecer, não deixando de considerar nenhum fato ou acontecimento que possa ser relevante. Para tanto, a entrevista com o sujeito da história deve ser completada e contextualizada por outros tipos de material tais como: entrevistas com outros protagonistas dos mesmos eventos sob estudo, observações diretas, levantamentos bibliográficos, etc.

Observação participante

A observação participante, inicialmente desenvolvida pela antropologia, é a técnica mais radical e, talvez por isso, emblemática da metodologia qualitativa. Pressupõe a ida do pesquisador ao campo e o estabelecimento de relações pessoais com os sujeitos através de uma participação direta e integral na sua vida cotidiana e no seu meio cultural. Na medida do possível e do verossímil, o observador deve procurar despojar-se dos signos mais obtrusivos de sua alteridade, aprendendo o linguajar e as normas de convivência social de seus sujeitos. Enquanto as entrevistas e grupos de discussão se voltam primariamente para as opiniões expressas pelos sujeitos, a observação dá mais atenção aos comportamentos e relações, contextualizando as verbalizações.

Apesar de sua centralidade enquanto metodologia, a observação participante ente nós raramente é realizada de forma plena, tal como concebida por Malinowski, o qual, ainda no início do século XX, desenvolveu essa técnica e delineou parâmetros para sua realização que continuam válidos até hoje. Naquela época, forçado pelas circunstâncias da I Guerra Mundial, passou três períodos, perfazendo um total de dois anos e oito meses, de convívio com os nativos das Ilhas Tobriand, com um intervalo de um mês e outro de um ano e quatro meses entre suas idas ao campo. Entre uma estada e outra, de volta à cultura ocidental por

vários meses, dedicou-se a uma análise das suas observações iniciais e ao levantamento de áreas de investigação que ainda não estavam devidamente cobertas. Esse tempo passou a ser um referencial para a duração da inserção no campo considerada adequada para esse tipo de pesquisa. Porém, hoje, no Brasil dificilmente dispõe-se de verbas para financiar estudos tão prolongados e outras técnicas, mais abreviadas, tem sido desenvolvidas, geralmente privilegiando a realização de entrevistas no campo. A observação tende a se limitar ao necessário para a detecção de informantes adequados e a realização de entrevistas com eles. Mesmo quando os investigadores realizam estadias mais intensas e demoradas no campo, elas raramente passam de algumas poucas semanas de duração. Dada a relativa uniformidade lingüística e cultural da maioria da população brasileira costumeiramente estudada, esse encurtamento pode muitas vezes ser justificado. Mas a dependência de entrevistas corre o risco de levar ao privilegiamento do levantamento das representações sociais, relegando outros aspectos mais comportamentais.

De fato, a chamada observação participante pressupõe a utilização de uma multiplicidade de técnicas que, além do acompanhamento da vida cotidiana e da realização de diálogos/entrevistas abertas com informantes ocupando diferentes posições na comunidade estudada, podem incluir surveys e outros tipos de levantamentos quantitativos, a confecção de mapas de localidades de moradia, cultivo, etc., árvores genealógicas, fotografias, coleção de artefatos, levantamento das categorias que os “nativos” utilizam para organizar o seu mundo, formulas ritualísticas, expressões típicas, lendas peças do folclore, etc. Além do uso de tabelas, mapas, desenhos e fotografias, a principal forma de registro das informações coletadas dessa maneira direta é o diário de campo. Ele deve ser atualizado constantemente consistindo de anotações sobre tudo que o pesquisador faz e observa no seu contato diário com os nativos do seu campo, especialmente o que Malinowski chamou de “os imponderáveis da vida real”. Estes podem incluir aspectos como: “a rotina de um dia de trabalho, os detalhes do cuidado com o corpo, da maneira de comer e preparar as refeições; o tom das conversas e da vida social ao redor das casas da aldeia, a existência de grandes amizades e hostilidades e de simpatias e antipatias passageiras entre as pessoas; a maneira sutil, mas inquestionável em que as vaidades e ambições pessoais se refletem no comportamento dos indivíduos e nas reações emocionais dos que o rodeiam”. (Malinowski 1978:28).

Malinowski estava propondo a pesquisa de uma sociedade e de uma cultura radicalmente diversas da sua, uma tarefa algo diferente da pesquisa de subculturas de usuários de drogas pertencentes à nossa própria sociedade, que é o que normalmente temos como meta. Portanto, alguns dos dados que interessavam a ele serão menos relevantes para nós. Mas o importante de se apreender é o seu enfoque detalhista sobre a cotidianidade dos sujeitos de pesquisa fazendo-se, obviamente, as adaptações necessárias para adequar a metodologia empregada ao tema em estudo.

O ato de anotar as observações feitas em campo, além de sua utilidade de registrar dados que com o tempo poderiam ser esquecidos, funciona como maneira de introduzir uma ordenação inicial ao material e ajuda a detonar reflexões mais sistematizadas e aprofundadas. Estas contribuem para proteger o pesquisador de uma identificação demasiada com seus sujeitos que poderia comprometer o resultado de seu trabalho tornando-o uma simples reprodução do ponto de vista nativo.

A observação participante tende a ser usada por cientistas sociais na exploração de problemas, na compreensão de organizações e na descrição de culturas, mais do que na demonstração de relações entre variáveis abstratamente definidas. Apesar de se esforçarem em desenvolver um sentido teórico para suas pesquisas, admitem à priori, não conhecerem suficientemente o tema em estudo para identificar os problemas e hipótese relevantes. Estes só surgiriam no decorrer da pesquisa. Embora isso não signifique que a observação participante nunca seja usada para testar hipóteses formuladas à priori, não é isso o que geralmente ocorre. Em consequência, projetos de pesquisa de natureza antropológica muitas vezes causam estranheza a cientistas de outras disciplinas por deixarem de propor a verificação de uma série de hipóteses estabelecidas antes do desenvolvimento do trabalho de campo. Assumindo que, por definição, ainda não conhecem suficientemente a área que propõe estudar, limitam-se a um esboço de seu objeto de estudo, elencando , talvez uma lista provisória de diferentes temas a serem investigados

A avaliação dos dados colhidos por métodos qualitativos

A diversidade e a falta de uniformidade dos dados produzidos pelas metodologias qualitativas freqüentemente deixam perplexos ou exasperam os adeptos mais rígidos das concepções positivistas de cientificidade e os cientistas mais acostumados às abordagens quantitativas. Mas, freqüentemente, tais metodologias podem ser as únicas viáveis na investigação de questões envolvendo os significados atribuídos a determinados comportamentos tais como os relacionados ao consumo de drogas lícitas e ilícitas. Além disso, quando bem executadas, são capazes de produzir dados válidos e confiáveis.

.Malinowski fundamentou sua abordagem metodológica e seu privilegiamento da observação participante sobre sua concepção de sociedade como um todo integrado e orgânico, cuja estrutura “encontra-se incorporada no mais evasivo de todos os materiais; o ser humano” (Malinowski:1978). Segundo ele, cabe ao pesquisador explicitar e organizar a visão que seus sujeitos mantêm a respeito de seu mundo de maneira inconsciente. Para tanto deverá atentar para: o conjunto de regras formuladas ou implícitas nas atividades de um grupo social (“o arcabouço da constituição”), a forma como estas regras são obedecidas ou transgredidas (“os imponderáveis da vida real”) e, finalmente, os modos de pensar e sentir típicos, correspondentes às instituições e á cultura de determinada comunidade (“o espírito nativo”).

Para conseguir apreender a “totalidade funcional” de uma sociedade é necessário, segundo Malinowski:

- a) “ter objetivos genuinamente científicos e conhecer os valores e critérios da etnografia moderna” – ou seja, ser um pesquisador treinado e experiente.
- b) “assegurar boas condições de trabalho, o que significa, basicamente viver mesmo entre os nativos, sem depender de outros brancos” – a célebre injunção à imersão no campo e à convivência prolongada com os sujeitos, de preferência evitando contatos demasiados com portadores de sua própria cultura.

c) “aplicar certos métodos especiais de coleta, manipulação e registro de evidência” - as múltiplas técnicas já referidas da observação participante.

Essa metodologia, enfatizando a imersão do pesquisador na cultura e a sua apreensão de uma visão de mundo que seus sujeitos nunca chegam a explicitar de maneira integrada é freqüentemente tachada pejorativamente de “subjetivista” mas na prática ela é, de fato, menos “intuitiva” do que parece.

Como o próprio Malinowski ressalta, logo no início de sua exposição metodológica, a primeira pré-condição para sua correta aplicação é a de que o pesquisador tenha objetivos científicos e seja versado nos valores e critérios da etnografia; em outras palavras, deve ter passado por um treinamento. Obviamente, seus estudos devem incluir o aprendizado da metodologia de campo. Esta, apesar de ser freqüentemente aplicada de maneira quase automatizada por pesquisadores mais experientes, consiste em uma série de operações logicamente fundamentadas, cujo aprendizado é demorado e, inicialmente requer cuidadosa supervisão. O pesquisador também deverá saber distinguir entre idéias preconcebidas, que poderiam deformar suas observações, e um “esquema mental” ou arcabouço teórico que lhe permita antever problemas e orientar suas observações ao menos inicialmente, em direções que outros pesquisadores têm considerado relevantes (Malinowski 1978:17-48).

Oscar Lewis também discute a questão do treinamento de pesquisadores, considerando-o um dos primeiros passos no desenvolvimento de controle sobre o que chamava de “equação pessoal”. Diz que a familiarização do aluno com a história da disciplina, com os princípios do método científico, com um largo conhecimento comparativo das culturas do mundo todo e com uma consciência dos enganos cometidos no passado, levam automaticamente a uma redução das probabilidades de erro. Também considera necessário para a objetividade que o pesquisador tenha um bom autoconhecimento e esteja consciente de seus biases, seus sistemas de valores, suas fraquezas e forças. Tal autoconhecimento normalmente viria com a maturidade e, segundo alguns autores poderia ser desenvolvido pela psicanálise, mas Lewis não chega a nenhuma conclusão definitiva quanto à utilidade desse tipo de tratamento (Lewis 1953:457).

As várias operações realizadas pelo observador participante, seja de maneira calculada, seja semi-automaticamente, são explicitadas por Becker (1993). Este descreve o campo analítico da observação participante na tentativa de trazer à tona o fato de que a técnica consiste em algo mais do que meramente mergulhar em dados e ter *insights*. Ele identifica quatro tipos de operações analíticas realizadas durante e após a pesquisa de campo. Estes são diferenciados por sua seqüência lógica (cada um depende de alguma análise do estágio precedente) e, utilizando critérios variados de avaliação de evidências, alcançam resultados diversos, com diferentes aportes para as conclusões finais. O fato de realizar uma análise seqüencial, onde partes importantes são realizadas enquanto o pesquisador ainda está coletando dados, significa que os resultados preliminares condicionarão a direção de suas pesquisas posteriores.

Esses estágios são:

a) seleção e definição de problemas, conceitos e índices,

- b) controle sobre a frequência e distribuição dos fenômenos
- c) incorporação de descobertas individuais num modelo mais amplo e generalizante
- d) análise final com apresentação de evidências e provas. Este é o último estágio e pressupõe a conclusão do trabalho de campo. Livre das limitações impostas pelas condições do campo o pesquisador só agora pode realizar uma análise mais abrangente e definitiva dos dados colhidos.

Embora seja difícil estabelecer uma definição sistemática das leis a serem aplicadas aos itens individuais de evidência, pode-se explicitar alguns dos aspectos que normalmente recebem atenção:

- a) avaliação da credibilidade dos informantes e dos seus diferentes tipos de declarações. Embora estas não possam ser levadas em conta por seu sentido literal, tampouco devem ser descartadas como desprovidas de valor. Deve-se levar em conta as características individuais dos informantes e sua relação com os fatos e com os outros protagonistas. Assim, mesmo que uma declaração não possa ser utilizada como um relato exato de um evento, pode indicar a perspectiva de um indivíduo, ocupando determinada posição social, sobre a questão.
- b) Diferenciação entre declarações dirigidas e espontâneas. Esses dois tipos de evidência requerem avaliações diferentes, já que uma declaração espontânea é menos propensa a refletir os biases do observador. Isso porque a própria pergunta do pesquisador pode levar o informante a dar um tipo de resposta que de outra maneira nunca lhe ocorreria.
- c) Equação grupo-informante-pesquisador. Na avaliação de declarações colhidas no campo ou durante entrevistas o pesquisador deve se perguntar se determinadas afirmações podem igualmente ocorrer quando o informante está a sós com ele e, portanto, revelando posturas mais individuais, ou se está acompanhado de outros membros do grupo, que podem coagi-lo a dar uma versão que esteja mais de acordo com as suas normas. Também deve considerar o papel que, enquanto observador, desempenha no grupo e o grau de inibição que exerce sobre os informantes (Becker 1993:50-54).

Em relação ao controle da frequência e da distribuição dos fenômenos observados, o observador, cujos dados são, inevitavelmente, pouco precisos, deve adotar um método “quase-estatístico”, e, apesar da sua dificuldade de quantificação, manter em mente a estrutura lógica da pesquisa quantitativa em suas orientações gerais. Mesmo não podendo argumentar que uma conclusão seja totalmente verdadeira ou falsa, ele deve buscar determinar a probabilidade de determinado fenômeno, na ausência de índices numéricos, expressando-a de maneira verbal.

Como já se mencionou anteriormente, uma fonte freqüente de preocupações e alvo de críticas à metodologia qualitativa é a questão da amostragem. No estudo antropológico de usuários de drogas ilícitas, por exemplo, cobra-se com freqüência que o tamanho da amostra seja suficientemente grande para que os achados possam ter sua significância

estatisticamente validada. Mas dependendo do tipo de informação que se procura levantar, isso nem sempre é viável ou, até desejável. No caso específico de usuários de drogas ilícitas e, mais geralmente, em todas as situações em que se pesquisa comportamentos socialmente estigmatizados, sabemos que, por se tratar de uma população parcialmente oculta, seu tamanho e sua composição só podem ser vagamente estimados. Isso dificulta sobremaneira o cálculo do tamanho ideal para uma amostra, e a avaliação da significância de resultados quantitativos como os obtidos a partir de questionários fechados. *Surveys* dessas populações quando recorrem a técnicas do tipo “bola de neve”, em que um entrevistado indica outros, também nunca podem afirmar categoricamente que as várias subdivisões do universo a ser pesquisado estejam plenamente representadas.

Quanto à credibilidade dos resultados da pesquisa realizada em campo, a liberdade, se não a necessidade, que o pesquisador tem aí para ser flexível e capaz de improvisar, assim como a falta de regras de procedimento rigorosas para guiar as suas atividades de coleta de dados, parecem contradizer os cânones do rigor e objetividade costumeiramente exigidos do cientista. Nesse sentido, psicólogos e médicos, especialmente, estranham as condutas em campo de antropólogos e certos sociólogos, considerando que assim os biases do investigador podem afetar os dados da coleta.

Becker confronta essas preocupações, porém, referindo-se a vários estudos que demonstram o efeito dos biases do investigador em situações de pesquisa muito mais controladas. Assim, tem-se demonstrado que as características pessoais de entrevistadores exercem efeito considerável sobre as respostas que eles obtêm de informantes. Igualmente, o conhecimento do experimentador em relação à hipótese que está testando e à conclusão a que ele espera chegar, afeta as respostas não só de sujeitos-objetos humanos em experimentos sócio-psicológicos, mas também de animais.

Perante a sugestão de que, se tais distorções são possíveis em condições controladas, numa situação menos estruturada de “campo” elas seriam muito piores, Becker afirma que o oposto é mais verdadeiro. Argumenta que, ao contrário do que ocorre no ambiente artificial de um experimento de laboratório ou de uma entrevista realizada fora do campo, a presença na situação observacional das mesmas restrições sociais que o cientista social normalmente estuda, torna difícil para as pessoas que ele observa alterarem seu comportamento segundo o que acham que o observador possa querer ou esperar. Na situação controlada, a ausência dos fatores externos que normalmente determinam as relações dos sujeitos de pesquisa, torna-os mais susceptíveis à influência do pesquisador. Em condições “reais”, não controladas, por mais que os sujeitos queiram, as consequências de se desviar do comportamento que seu entorno lhes impõe são tão grandes que eles dificilmente o fazem. Portanto, por mais paradoxal que pareça, é nas situações de pesquisa controlada, onde os sujeitos acreditam que suas vidas “normais” serão pouco ou nada afetadas pelo que o observador os vê fazer ou dizer, que eles se tornam mais influenciáveis por ele. Já no trabalho de campo, quanto mais acreditam que o pesquisador é pouco importante para suas vidas, mais os sujeitos ficam livres para reagir da sua forma costumeira às outras restrições que os cercam e os pressionam (Becker 1993:68-77).

Outro aspecto a ser levado em consideração é o grau de variedade das evidências disponíveis. Da mesma forma que uma maior quantidade de evidências apontando em

determinada direção, também a sua maior variedade detém um maior poder de convencimento. Isso porque as variedades separadas de evidência podem ser reconceituadas como deduções feitas a partir de uma proposição básica, que, agora foram verificadas no campo. Novamente, apresenta-se aqui outra vantagem da observação participante. Sua imersão contínua no campo permite ao pesquisador que utiliza esse método, coletar dados através de variados procedimentos, flagrando seus sujeitos em diversos ambientes e sob diferentes estados de espírito. Essa variedade permite que ele faça um cruzamento de suas conclusões para verificação e volte a testá-las repetidamente, de modo a se assegurar de que seus dados não são um produto de um procedimento específico ou de alguma situação ou relação particular (Becker 1993:91).

Ainda segundo Becker, ao chegar ao estágio de conceber um modelo descritivo que melhor explique os dados reunidos, o pesquisador qualitativo tenderá a fazer afirmações sobre um conjunto de complicadas inter-relações entre muitas variáveis, que na falta de estatísticas terão de ser colocadas em palavras. As conclusões mais comuns nesse nível são dos seguintes tipos:

- a) afirmações complexas sobre as condições necessárias e suficientes para a existência de algum fenômeno
- b) afirmações de que algum fenômeno é um elemento “importante” ou “básico” na organização, exercendo uma influência persistente e contínua sobre diversos acontecimentos.
- c) afirmações que identificam uma situação como exemplo de algum processo ou fenômeno descrito mais abstratamente na teoria

Começa, então, o processo de refinamento da teoria, de modo a levar em conta evidências que não se encaixavam na formulação inicial. O pesquisador deve também buscar inferir que tipos de evidências seriam capazes de confirmar ou refutar seu modelo, voltando-se para a busca desse tipo de dado. Mas, mesmo refletindo muito sobre questões conceituais e analíticas, a essa altura ele, geralmente, ainda não dispõe das condições e dos dados necessários para realizar um trabalho plenamente sistemático. Isso só será possível quando atingir o estágio final da análise pós-campo. Esta deve consistir na cuidadosa re Checagem dos dados e na reconstrução dos modelos. Ao rever determinados dados, o pesquisador deve levar em conta o estágio de conceituação do problema em que se encontrava no momento de sua coleta para determinar o grau de bias pessoal que possa ter introduzido e a importância que deu à busca de exemplos que pudessem refutá-los.

O passo seguinte é pensar como apresentar suas conclusões e respectivas evidências. Malinowski, em sua etnografia pioneira de 1921, enfatizava que, para um trabalho etnográfico ter valor científico irrefutável, ele deveria “nos permitir distinguir claramente, de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, do outro, as inferências do autor, baseadas em seu bom-senso e intuição psicológica” (Malinowski 1978:18). Apesar dessa injunção, muitos anos depois, mesmo após todos os desenvolvimentos ocorridos na área científica, em geral, e na sociologia e antropologia, em particular, Becker reconhece que são comuns as queixas de que os relatórios de pesquisas

qualitativas normalmente revelam pouco sobre as evidências que as embasam. Ele sugere, portanto, que se faça uma apresentação mais adequada dos dados, das operações de pesquisa e das inferências do pesquisador. Isso apresenta dificuldades, já que os dados não podem ser adequadamente resumidas em tabelas, gráficos, etc. sem perder muito de seu valor. Tampouco se pode pensar em publicar todas as evidências e, segundo lembra, mesmo que isso fosse possível não se resolveria o problema de publicar provas.

A solução proposta por Becker é de que se publique uma “historia natural” das conclusões apresentando as formas características das diferentes evidências, tais como chegaram à atenção do observador durante os sucessivos estágios de sua conceituação do problema. Isso ajudaria o leitor a fazer seu próprio julgamento quanto à adequação da prova e ao grau de confiança a ser atribuída à conclusão (Becker 1993:47-64).

Cicourel, preocupado com a questão da testagem de hipóteses e da resolução dos problemas de inferência e de provas corretas, também postula a realização de revisões críticas do trabalho de campo, assim como a explicitação dos procedimentos adotados e dos diferentes papéis representados pelos sujeitos da pesquisa e pelo próprio pesquisador. Recomenda que o pesquisador formule o mais claramente possível o que busca conhecer, explicita as suas fontes de informação, o campo no qual a pesquisa se deu e a situação em que a pesquisa foi desenvolvida. Retomando o termo de Becker “história natural da pesquisa”, enfatiza a necessidade de se registrar a forma processual do trabalho de campo deixando claras: 1) as intenções implícitas ou explícitas, 2) a fundamentação teórica e metodológica 3) as suas mudanças de posição no decorrer do trabalho resultantes do processo contínuo de testagem, reformulação e nova testagem de suas hipóteses e pressupostos. Essas especificações minuciosas dos procedimentos permitem que o pesquisador chegue até a testar algumas hipóteses muito específicas, mesmo se no início ele dispusesse apenas de um projeto exíguo e de noções apenas vagas sobre o problema a ser investigado (Cicourel 1975:118-119).

Em conclusão, talvez a principal observação que se possa fazer seja em relação à necessidade de se manter uma posição flexível quanto à metodologia a se adotar em determinada pesquisa. Convém lembrar que diferentes problemas requerem diferentes soluções. Embora não se deva ignorar as idéias gerais e os métodos criados por outros cientistas trabalhando com temas similares, não é necessário manter-se preso à camisa de força de idéias desenvolvidas em outro lugar. Conforme afirma Becker, qualquer cientista social é tão livre e competente para inventar novas idéias e teorias quanto o foram Marx, Weber e Durkheim. Devem, portanto, sentirem-se livres para inventar os métodos capazes de resolver os problemas das pesquisas que estão fazendo, adaptando os princípios gerais à sua situação específica (Becker 1993:12).

O dilema pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa revela-se, dessa forma, falso. A opção por uma ou outra dessas abordagens reflete, até certo ponto diferenças individuais de temperamento ou de background. Há os que se empenham em estabelecer hipóteses mais e significativas e outros que procuram desenvolver procedimentos através dos quais essas hipóteses possam ser verificadas. Ambas abordagens trazem contribuições valiosas. Mas a escolha de diferentes metodologias é também reflexo do nível de conhecimento que se tem

sobre determinado assunto, a natureza específica do problema e o grau de abstração almejado.

A combinação de diferentes abordagens também pode ser produtiva. Muitas vezes uma pode iluminar o caminho a ser seguido por outra. Nas pesquisas sobre o uso de substâncias psicoativas, a epidemiologia, por exemplo, pode chamar a atenção para o tamanho e as implicações para a saúde pública de determinadas práticas. A seguir, técnicas qualitativas podem ser usadas para explorar melhor os significados culturais atribuídos a essas práticas, oferecendo sugestões para sua normatização, prevenção de conseqüências indesejáveis ou tratamento. Tais sugestões podem então embasar programas voltados para a população que podem, em seguida, ser monitorados e avaliados a partir de perspectivas quantitativas.

O cientista social freqüentemente tem sido convocado para atuar como “bombeiro” na área relacionada ao uso de drogas. Espera-se dele que ajude a abordar e resolver problemas concretos como a recente disseminação do HIV entre usuários de drogas injetáveis. Seus dados e teorias devem prever esse tipo de contingência e ao analisar os elementos que configuram determinadas situações sociais deve realizar uma desconstrução que ajude a romper o círculo vicioso que o prende. Assim, ao lado das minúcias do uso que é feito das drogas e de seus efeitos tanto psíquicos quanto sociais, deve também atentar para o papel que as agências assistencialistas desempenham na construção do problema. A questão da droga deve ser articulada aos demais elementos da sociedade e sua relação com determinadas visões de mundo, lembrando que a “cura” se dá em contextos dotados de fortes componentes simbólicos e rituais. Aqui o método antropológico, com seu enfoque holístico que articula os níveis macro e micro, é claramente da maior importância para a abordagem tanto teórica quanto prática da questão.

Bibliografia

Becker, H.S. *Outsiders- Studies in the Sociology of Deviance*, New York, Free Press, 1966.

Becker, H.S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*, São Paulo, HICITEC, 1993.

Cicourel, A . *Teoria e Método em Pesquisa de Campo*; In: Guimarães, A Z. *Desvendando Máscaras Súcias*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1975, pp.87-121.

Lewis, O *Controls and Experiments in Field Work*, ;In Kroeber, A L. (org) *Anthropology Today*, Chicago, University of Chicago Press, 1953, pp. 452-475.

Malinowski, B *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, São Paulo, Abril Cultural, 1978.

Minayo, M C S *O Desafio do Conhecimento- Pesquisa Qualitativa em Saúde*, São Paulo- Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1999.

Romani, O. *Las Drogas Sueños y Razones*, Barcelona, Editorial Ariel, 1999

Rootman, I. et al Normas para investigar los problemas relacionados con el alcohol y preparar las soluciones adecuadas, Ginebra, OMS, 1985